



VI SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

UNIVERSIDADE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS:
SUJEITOS, PRÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

04 A 06 DE JUNHO DE 2024
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CAMPUS VI - CAETITÉ

DO COLONIALISMO AO PARTO: DESCONSTRUINDO PRÁTICAS OBSTÉTRICAS COLONIALISTAS E DISCRIMINATÓRIAS

Giovanna Luíza Reis de Oliveira Fraga¹

Maria Elvira Neves Nunes Donato²

Andréia Pereira dos Santos³

Resumo: Nos últimos anos, estudos e discussões sobre o racismo obstétrico no Brasil têm ganhado destaque devido à necessidade de compreender e enfrentar as disparidades no atendimento obstétrico entre mulheres negras e não negras. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo discutir o racismo obstétrico no Brasil, através de revisão bibliográfica associada à análise de relatos apresentados em artigos científicos. O referencial teórico proposto envolveu discussões apresentadas por Jiménez-Lucena, Maria Lugones e Maria do Carmo Leal a respeito da colonialidade e do racismo estrutural. As evidências reunidas apontam para disparidades alarmantes no atendimento obstétrico entre mulheres negras e não negras, evidenciando práticas discriminatórias, negligência e violência que impactam negativamente a saúde e bem-estar das gestantes e parturientes negras. Diante desse cenário, é imprescindível que a discussão e a pesquisa acadêmica sejam acompanhadas por ações concretas para transformar o sistema de saúde materna, promovendo um ambiente seguro, respeitoso e igualitário para todas as mulheres, independentemente de sua origem étnico-racial.

Palavras-chave: Maternidade; Racismo; Violência Obstétrica.

¹ Estudante do Ensino Médio do Colégio Pequeno Príncipe, gigiovannareissfraga@gmail.com.

² Estudante do Ensino Médio do Colégio Pequeno Príncipe, elviragbi119@gmail.com.

³ Mestra em Memória Linguagem e Sociedade pela UESB e Professora do Colégio Pequeno Príncipe/Orientadora, deiasantosfk@hotmail.com.

Abstract: In recent years, studies and discussions on obstetric racism in Brazil have gained prominence due to the need to understand and address disparities in obstetric care between Black and non-Black women. In this scenario, this research aims to discuss obstetric racism in Brazil through a literature review combined with the analysis of reports presented in scientific articles. The proposed theoretical framework involved discussions presented by Jiménez-Lucena, Maria Lugones, and Maria do Carmo Leal regarding coloniality and structural racism. The gathered evidence points to alarming disparities in obstetric care between Black and non-Black women, highlighting discriminatory practices, neglect, and violence that negatively impact the health and well-being of Black pregnant women and parturients. In this context, it is essential that discussions and academic research are accompanied by concrete actions to transform the maternal healthcare system, promoting a safe, respectful, and egalitarian environment for all women, regardless of their ethnic or racial background.

Keywords: Maternity; Racism; Obstetric Violence.

Introdução

O racismo obstétrico é um termo que descreve como o preconceito racial afeta a qualidade da assistência prestada às mulheres negras durante o ciclo gravídico-puerperal⁴. Compreender a disparidade no atendimento obstétrico entre mulheres negras e não negras é essencial. De acordo com Leal et al (2017), no Brasil, as mulheres negras buscam mais assistência puerperal, porém enfrentam partos prolongados e solidão. Além dessas mulheres também enfrentarem maior dor durante o parto, e muitas vezes têm negados anestésicos e analgésicos, devido ao mito de que têm maior tolerância à dor. Essa violência obstétrica nos leva a refletir sobre a

⁴ O racismo, conforme definido no dicionário Aurélio, é "uma doutrina que sustenta a superioridade de uma raça em detrimento das outras". Essa palavra deriva do termo "raça", introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX por Georges Cuvier, com base nas classificações taxonômicas das ciências biológicas para categorizar os seres vivos (Schwarcz, 1993). Desde então, esse preconceito se disseminou pela sociedade de diversas formas e em todos os âmbitos, inclusive na obstetrícia.

perpetuação da desumanização das mulheres negras, evidenciando a influência da colonialidade nesse contexto.

Ao adotarmos a perspectiva proposta por Lugones (2008), que aponta as mulheres negras e indígenas como vítimas da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero, compreendemos como são despojadas de sua humanidade, sendo animalizadas e violentamente reprimidas até os dias atuais. Isso também contribui para explicar por que essas mulheres são as principais vítimas de violência de gênero no Brasil em todas as suas formas, inclusive no âmbito obstétrico.

Este trabalho examina a saúde reprodutiva no contexto de uma estrutura mais ampla de opressão e discriminação, por meio da análise do racismo obstétrico no Brasil, através de revisão bibliográfica associada à análise de relatos apresentados em artigos científicos.

Desenvolvimento

A presente pesquisa busca compreender a história da violência obstétrica para com as mulheres negras, analisando as bases que ainda sustentam essas ideias retrógradas. Além disso, buscamos compreender como essas ideologias afetam a vida dessas mulheres, especialmente nos períodos pré e pós-natal, e no parto. O estudo será feito através da análise de relatos em artigos e revisões bibliográficas, por meio do mapeamento de textos e artigos, no qual os critérios de inclusão foram: artigos escritos em português, inglês ou espanhol que abordem a temática deste estudo. A partir de palavras chaves: Racismo Obstétrico; Violência obstétrica contra mulheres negras; Racismo; Racismo biológico; Maternidade e raça.

Nesse sentido, aponta-se que existe uma institucionalização do racismo, quando o tema é obstetrícia, o que resulta em disparidades significativas no cuidado pré-natal, durante o parto e no pós-parto. (Werneck, 2004). Uma vez que, as análises devem ultrapassar os eventos biológicos individuais, pois a experiência de gestação, parto e maternidade é também uma construção social (Segato, 2003), abarcando a situação em análise como um reflexo da realidade brasileira nos serviços de saúde reprodutiva, e não como uma experiência isolada.

Para compreensão da problemática proposta, alguns conceitos serão usados, como o colonialidade, no qual Jiménez-Lucena (2014) destaca que a

colonialidade relega as mulheres de grupos étnicos marginalizados a um papel passivo, tratando-as meramente como objetos de políticas e intervenções. A falta de um protocolo estruturado de acolhimento nesses casos resulta em abordagens que variam entre cuidado, informalidade e até violação de direitos. Além disso, a assistência inadequada no cuidado obstétrico de gestantes negras e pardas, que frequentemente enfrentam solidão em comparação com gestantes brancas, reforça o falso conceito de que as mulheres negras têm maior tolerância ao parto, perpetuando estereótipos prejudiciais e afetando sua saúde e bem-estar:

[...] eles deixavam a gente numa sala sozinha com outra gestante e deixavam a gente lá e vai pra outra sala [...] e foi numa hora dessas que minha bolsa estourou, eu dentro do banheiro, que eu saí gritando: “minha bolsa estourou!” [...] Aí a outra médica veio, mandando eu parar de gritar, falando: “pare de gritar, que se você ficar gritando você vai ficar aí... porque não tem só você aqui não, tem várias outras mães e ninguém tá gritando, só você. (Silva; Aquino; Travassos, 2022, p. 11)

Essas observações evidenciam a negligência dos profissionais em relação à dor das pacientes, que muitas vezes são estigmatizadas como exageradas ou mal-educadas, resultando na minimização e desconsideração de seu sofrimento. Ao invés de serem protagonistas, as mães acabam sendo subjugadas pelos profissionais de saúde, que as infantilizam, fragilizam e despersonalizam, focando apenas em sua capacidade reprodutiva. Como resultado, a singularidade e a privacidade das parturientes são frequentemente esquecidas, levando-as a situações de vulnerabilidade.

Ele veio e perguntou: “O que está acontecendo aí?” Com a cara fechada, veio sem máscara, sem o uniforme né? [...] E ela (a enfermeira) dava ideia de me levar para a sala de parto, mas ele não deixou. E a dor vinha, o bebê vinha, mas não dava ponto de sair, aí ele falou que não ia me levar a sala de parto, mandou eu abrir as pernas e fazer força ali mesmo. Aí ele puxou meu bebê com muita força pela cabeça, foi quando machucou o bracinho dele né? Deu uma lesãozinha no braço dele. (Possari; Gonzaga, 2021, p. 265).

A vítima relata uma experiência vexatória, impositiva, violenta e constrangedora, que é contrário ao direito à dignidade humana, assegurada no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. Entende-se assim que muitas das vezes o que é assegurado no papel não se concretiza no cotidiano, tendo em vista que tal acontecimento resultou no nascimento de seu filho com

sequelas físicas e psíquicas, assim como também em Janaína: “fiquei inchada demais as partes íntimas, andava devagar porque doía, foi horrível para mim”.

No início do século XX, as mulheres negras eram consideradas uma ameaça à reprodução das raças consideradas "degeneradas". Médicos eugênicos recorriam à esterilização forçada como forma de controle de natalidade, com a premissa de aumentar a prole dos "aptos" e reduzir a dos "inaptos", principalmente na população negra. Essas práticas discriminatórias ilustram a crueldade e desumanidade das políticas eugênicas, baseadas em preconceitos.

Ainda no estudo feito por Lugones (2008), Janaína menciona que se sentiu tratada como um animal, descrevendo-nos como o lado obscuro do sistema de gênero moderno/colonial: a violência profunda da desumanização de pessoas negras e indígenas, transformadas em seres animalizados desde os tempos coloniais, e que perpetua nos sistemas de subjetivação contemporâneos. A hierarquização racial vigente resulta na internalização da desumanização de indivíduos negros e indígenas, justificando desde a exploração laboral até formas extremas de violência, como violação sexual, feminicídio e violência reprodutiva.

Ao analisar essa dinâmica, torna-se claro que o sistema moderno-colonial de gênero, ao impor noções binárias e racializadas de gênero, é coautor das sistemáticas desumanização e violências enfrentadas pelas mulheres negras ao longo da história e ainda presentes nos dias atuais. Esta construção histórica da feminilidade branca como padrão dominante contribui para a perpétua marginalização e sofrimento das mulheres negras, impactando negativamente suas vidas em diversas esferas.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, percebe-se que o debate sobre o racismo obstétrico é bastante recente. Embora sua prática seja antiga, ela é respaldada na crença da superioridade do conhecimento médico e intensificada pelas desigualdades sociais e pelo racismo estrutural. Apesar da existência de algumas medidas para assegurar o bem-estar das gestantes e parturientes, pouco são os projetos que se aplicam a realidade das mulheres negras, que são historicamente brutalizadas, invisibilizadas e privadas de seus direitos.

Por conseguinte, a discriminação e negligência no atendimento pré-natal, durante o parto e no pós-parto contribuem para taxas alarmantes de mortalidade materna nessa população. É crucial discutir e combater essa forma de discriminação, promovendo a conscientização, a capacitação dos profissionais de saúde e a implementação de políticas públicas que garantam um atendimento digno e igualitário para todas as gestantes. Somente por meio do diálogo e da ação conjunta poderemos superar o racismo obstétrico e garantir o direito à saúde reprodutiva de todas as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JIMÉNEZ-LUCENA, Isabel. Género, sanidad y colonialidad: la ‘mujer marroquí’ y la ‘mujer española’ en la política sanitaria de España en Marruecos. In: **Género y descolonialidad**/ Compilado por Walter Mignolo, 1ª ed., Buenos Aires: Del Signo, p. 55-84, 2008.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. **Saúde Pública** [online]. 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, Dec. 2008.

POSSARI, P. D.; GONZAGA, P. R. B. “Eu Não Queria Ser Aquela Mulher Naquele Hospital Naquele Dia”: um estudo interseccional de caso de violência obstétrica no extremo sul da Bahia em meio à Pandemia de COVID-19. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 20, jul./dez., 2021.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita Laura: **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la Antropología, el Psicoanálisis y los Derechos Humanos**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo 3010, 2003.

SILVA, T. V. S; AQUINO, T. R.; TRAVASSOS, A. G. A percepção da violência obstétrica por mulheres negras em uma USF em Salvador (ba) e os impactos observados. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v.3, n.e14539, p.1-22, 2022.

WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: **Sob o Signo das Bios**. Vozes Críticas da Sociedade Civil, editado por Alejandra Ana Rotania, e Jurema Werneck, 49-62. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.